



Índice

- 01** Índios querem estudar para defender suas terras
- 02** Município garante espaço para indígenas
- 03** Funai avalia novo terreno da casa de passagem para índios
- 04** Denilson Segóvia critica indígenas e culpa Funai por atraso cultural
- 05** Motorista de caminhão que tombou com 75 índios se apresenta à polícia
- 06** MPF/MA exige cumprimento do TAC Educação Indígena por parte do estado do Maranhão
- 07** MPF recomenda medidas para solucionar conflitos
- 08** Juiz se declara impedido e adia decisão sobre reintegração de posse em Miranda
- 09** Polícia monta operação para conter invasão de terreno em Iranduba no AM
- 10** As pegadas do BNDES na Amazônia
- 11** Comissão de Direitos Humanos do Senado debaterá a aplicabilidade da Convenção 169 da OIT
- 12** Barroso envia voto a Barbosa e STF deve decidir logo sobre a demarcação de terras indígenas
- 13** Índio karajá é condenado por sequestro de servidores da Funasa



Boletim de Notícias - Edição nº 190/ 2013

Brasília, 18 de outubro de 2013.

-
- 14** Situação do povo indígena Cinta Larga será discutida em audiência no Senado Federal
 - 15** MPF/TO participa de feira de sementes do povo krahô
 - 16** Com o apoio da Procuradoria da República, Ka'apor denunciam de desrespeito total às suas saúdes até roubo e corrupção

Índios querem estudar para defender suas terras
SÍTIO RONDÔNIA VIP, 17.10.2013



Vítimas de um dos maiores massacres registrados na trágica história da ocupação das terras indígenas brasileiras – o Massacre do Paralelo 11, que ficou mundialmente famoso na década de 1960 pela crueldade -, os *cinta larga* sofrem com as mesmas agruras de outros povos indígenas, mais os agravantes provocados pela desestruturação social trazida pela exploração de diamantes encontrados em suas terras e o preconceito impiedoso, que ficou maior a partir de 2004, quando 29 garimpeiros foram mortos na terra indígena. Para jovens e idosos, a educação é a saída da encruzilhada entre a tradição e o mundo dos colonizadores, para o qual estão sendo arrastados em um processo cada vez mais complexo e danoso. Iara Cinta Larga, 18 anos, casada há seis meses, é uma das primeiras alunas do curso de ensino médio recentemente implantado na aldeia. Ela pretende fazer o curso superior de Gestão Ambiental, “para ajudar o meu povo a cuidar da nossa terra”.

De acordo com a professora Gilceane Sandra Rodrigues, a Seduc (Secretaria Estadual de Educação) planeja implantar cursos on line para os índios fazerem faculdade sem ter que sair de casa. Estudar fora é muito difícil. Eles não têm recursos financeiros e correm sérios riscos de agressões pelo simples fato de serem *cinta larga*. Além disso, nas cidades tendem a reduzir os vínculos com a cultura ancestral. A internet chegou recentemente em uma das aldeias da Reserva Roosevelt, mas os índios ainda não têm telefone. A comunicação com o mundo exterior é importante, porque eles vivem a cerca de três horas de viagem por uma estrada de chão batido até a cidade de Espigão do Oeste, e, com o passar do tempo, cada vez mais dependem do mundo dos não índios.

CONT.

Saúde

Enfermeiro e responsável pelo posto de saúde da aldeia central na TI Roosevelt, Ronaldo Cinta Larga, 31 anos, informa que a população indígena sofre com problemas de saúde decorrentes da falta de uma alimentação adequada e saneamento básico. Eles mantêm uma lavoura de subsistência, mas dependem da compra de produtos não índios para complementar o cardápio. Entre as doenças mais comuns estão a diarreia, pneumonia, malária e diabetes.



O atendimento médico é feito por equipes do Programa Saúde da Família, formadas por grupos de profissionais, incluindo médico e dentista, que periodicamente se deslocam até a aldeia para fazer os atendimentos. As equipes são formada por mais de cinco pessoas e o posto de saúde é acanhado para abrigar a todos. Também faltam medicamentos para eventualidades. Quando há uma emergência, o socorro é solicitado por rádio. Os doentes são levados para as cidades próximas quando precisam de um atendimento mais complexo.

Levantamento etnoambiental

Os cinta larga participam atualmente de um levantamento etnoambiental das terras que herdaram dos ancestrais. O trabalho tem por objetivo mapear e levantar as condições ambientais do território e inclui um estudo sobre a cultura e as tradições da etnia. Estes levantamentos deverão basear um plano de desenvolvimento sustentável para os indígenas.

O trabalho é feito por um grupo técnico juntamente com a comunidade, reunindo, portanto, ciência e conhecimentos tradicionais no registro e análise dos vários aspectos sociais e geográficos dos território. "Pode-se dizer que estamos fazendo o zoneamento do território indígena, com o levantamento da flora, fauna, rios, acidentes geográficos e aspectos relacionados à cultura do povo", explica Neide Bandeira, da Associação de Desenvolvimento Etnoambiental Kanindé, entidade responsável pelo loteamento, que já foi feito na Terra Indígena Suruí, em Rondônia.

Língua mãe

Na escola da aldeia, o material didático é bilingue. A língua mãe, que predomina nas conversas, é ensinada por indígenas formados pelo Projeto Açaí, desenvolvido pelo Governo do Estado em parceria com a Universidade Federal de Rondônia. No local, estudam 65 alunos do ensino fundamental e 10 do ensino médio. Ao todo, 10 professores lecionam na aldeia, formados em Letras, Matemática e Pedagogia. Segundo Gilceane, os alunos são espertos e aprendem com facilidade, mas a incidência de faltas preocupa.

CONT.

Entre os índios mais antigos da aldeia, Capitão Barroco também aposta no conhecimento para mudar o destino dos cinta larga. “Precisamos entender o mundo dos brancos, para poder defender as nossas terras”, afirma. Ele conta que ganhou este nome de um visitante, que era tenente. O apelido pegou e o nome indígena, que tinha o significado de “uma pessoa sempre alegre”, foi esquecido.

Artesanato



Muitas tradições da cultura cinta larga estão desaparecendo. A tecelagem de algodão é um exemplo. Os fios utilizados na confecção de cocares, brincos, cintos e outros adereços são comprados prontos no comércio das cidades vizinhas. Capitão Barroco explica que os índios já não têm o algodão, que antes encontravam na mata, e falta semente para cultivar novas árvores perto da aldeia. As cintas confeccionadas com uma faixa da entrecasca de tauari, que originaram o nome do povo, pouco se vê na aldeia. As mulheres fazem colares e outros adereços com sementes e penas de pássaros, com

destaque para os cordões feitos com caroços de tucumãs. Os homens produzem as longas flechas utilizadas para a caça e para a guerra.

Localização

O povo indígena Cinta Larga, da família linguística Mondé, habita as Terras Indígenas (TIs) Roosevelt, Serra Morena, Parque Aripuanã e Aripuanã, localizadas de forma contígua dentro do território habitado pelos cinta larga. As quatro TIs são homologadas e somam ao todo 2 milhões e 700 mil hectares. Parte delas está localizado no estado de Rondônia e parte no Mato Grosso.

Religião

As crenças tradicionais do povo cinta larga foram substituídas pela igreja cristã. Em suas conversas, os índios constantemente clamam pelo “Deus” levado para as aldeias por pastores evangélicos.

Fonte: Diário da Amazônia



Município garante espaço para indígenas
SÍTIO JORNAL A HORA DO VALE, 17.10.2013

Construção de quiosque retira crianças da rua

Lajeado - A presença de crianças indígenas nas ruas do Centro reação dos órgãos públicos. Em reunião ontem, o governo municipal se comprometeu em construir um quiosque para venda de artesanato no espaço da feira do produtor, na rua Santos Filho.

Em contrapartida, as famílias indígenas devem garantir a permanência dos menores no espaço destinado à venda dos produtos. O encontro ocorreu na Secretaria de Saúde, com presença de secretários municipais, integrantes do Ministério Público Federal, do Conselho Municipal de Saúde e do vereador Ildo Salvi (PT).

A partir de agora, inicia a elaboração do projeto arquitetônico para a construção. Engenheiros da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos farão a planta da obra. Nesse momento, não há ideia de quanto será investido nem do tamanho do quiosque.

Depois dessa etapa, o governo deve encaminhar projeto de lei ao Legislativo para autorizar o gasto. O vereador Salvi sugeriu que a definição do tamanho do espaço seja debatida da aldeia caingangue. Representante dos índios no encontro, Gelson da Silva acredita que o local ajudará na venda dos artesanatos, mas mostra dúvidas quanto à permanência das crianças. "Se não tiver nada para eles fazerem, vão optar por voltar às ruas."

Conforme o secretário de Saúde, Glademir Schwingel, a ideia da Administração é reunir profissionais das áreas da Educação e do Esporte e Lazer para promover atividades lúdicas às crianças indígenas no turno inverso às aulas.

Risco nas ruas

Em meio aos carros, crianças oferecem produtos para os motoristas. Para o presidente do Conselho Municipal de Saúde, Márcio Dal Cin, é necessária uma ação urgente para retirada dos menores das ruas. "Daqui a pouco teremos um atropelamento, uma morte. Temos que nos precaver."

Na semana passada, ocorreu a primeira reunião do grupo. A proposta partiu do conselho. "Em nossa visão, unir as forças da sociedade possibilita mais agilidade para resolver esse problema", opina.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 190/ 2013

Brasília, 18 de outubro de 2013.

A procuradora do Ministério Público Federal (MPF), Jerusa Viecili, lamenta o fato de as crianças estarem nas ruas. Segundo ela, o órgão tenta auxiliar os poderes públicos locais na busca de um consenso com a comunidade indígena. "É inadmissível aceitar que crianças estejam nas ruas, expostas a diversos perigos."

Abandono às margens da ERS-130

Na divisa dos bairros Santo Antônio e Jardim do Cedro fica a aldeia da tribo caingangue. No local, vivem cerca de 80 pessoas, divididos em 16 famílias. As condições do local são insalubres. Há um banheiro para todos.

Em setembro de 2012, o A Hora publicou reportagem sobre a marginalização a que estão expostos os índios. Em entrevista naquela ocasião, o antropólogo Rogério Reus Gonçalves Rosa, atribui a esse quadro de miséria dos índios o avanço das cidades.

Para ele, as tribos perderam áreas de terra para construção de vias. Isso obrigou os índios a migrarem para as margens das rodovias e periferias. No campo do trabalho, pouco sobrou aos indígenas. Hoje, atuam como coletores de maça, feijão, em frigoríficos, como camelôs ou vendendo roupas e artesanatos nas cidades.

No estado, do total de 25 milhões de hectares, 97,5 mil são ocupadas pelos índios. Isso significa um percentual de 0,39%, sendo que aqui vivem duas das maiores etnias do país – os guarani e os caingangue.

Funai avalia novo terreno da casa de passagem para índios

SÍTIO AN APUCARANA NOTÍCIAS, 17.10.2013

Espaço disponibilizado fica atrás do Centro Social Urbano, no Parque Bela Vista



Técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai) conheceram nesta quarta-feira (16/10) o novo terreno ofertado pela Prefeitura de Apucarana para a construção da casa de passagem para os índios. Com área de mais de 2 mil metros quadrados, o espaço disponibilizado fica atrás do Centro Social Urbano, no Parque Bela Vista. Os recursos para a obra, de cerca de R\$ 500 mil, já estão previstos no Orçamento da União. A nova área foi indicada, pois a anterior, localizada no Parque Japira, foi considerada inadequada, especialmente por ficar distante de outras estruturas públicas de atendimento.

Representando a Funai, estiveram em Apucarana a arquiteta Jovana Leal, da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos Sociais, de Brasília, e Marcos Cezar da Silva Cavaleiro, assessor administrativo da fundação em Londrina. A arquiteta da Funai apresentou detalhes do projeto arquitetônico e recebeu informações do engenheiro Herivelto Moreno, superintendente municipal de Obras, sobre o terreno. "Agora vamos encaminhar para a arquiteta o levantamento planialtimétrico, com as medidas e os níveis do terreno", observa Moreno.

Jovana afirma que, de posse de todas as informações, técnicos da Funai analisarão a viabilidade da construção no novo terreno ofertado e emitirão um parecer dentro de alguns dias. "Precisamos inserir o projeto na planta do terreno para verificar as possibilidades de execução do projeto", frisa.

De acordo com o projeto da Funai, a Casa de Passagem terá 4 edificações, sendo duas casas para pernoite, outra para alimentação e mais uma destinada à produção de artesanato e parte administrativa.

A arquiteta destacou como pontos positivos do novo terreno indicado a facilidade de acesso, disponibilidade de energia elétrica e água, além da proximidade com estruturas de atendimento público, como o Centro Social Urbano, Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas), Unidade Básica de Saúde, escola e centro de educação infantil. Um dos pontos que terão que ser analisados, de acordo com a arquiteta, é a topografia do terreno,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 190/ 2013

Brasília, 18 de outubro de 2013.

que terá que ser terraplenado para que seja possível a implantação de todas as edificações que estão previstas no projeto.

A visita desta quarta-feira foi acompanhada por Suely Cebrian Kaminski, superintendente municipal de Assistência Social e por outros profissionais da pasta. Ainda na tarde desta quarta-feira, estava prevista uma reunião no Ministério Público Federal em Londrina para tratar da construção da casa de passagem em Apucarana, com a participação de representantes da Funai e da Secretaria de Assistência Social de Apucarana.

Fonte: AN Notícias com PM Apucarana

Denilson Segóvia critica indígenas e culpa Funai por atraso cultural

SÍTIO CONTILNET NOTÍCIAS, 17.10.2013

O líder do PEN encerrou o discurso contra a cultura indígena afirmando que índios têm que trabalhar.



Deputado Denilson Segóvia (PSC)/Foto: Arquivo

Gina Menezes, da Agência ContilNet

O líder do PEN na Assembleia Legislativa do Acre (Aleac), Denílson Segóvia, usou a tribuna na sessão quinta-feira (17) para criticar a Fundação Nacional do Índio (Funai), que estaria limitando a atuação dos missionários evangélicos em aldeias indígenas.

O parlamentar, que é pastor evangélico, afirmou que a Funai e os antropólogos têm impedido que o desenvolvimento chegue às aldeias indígenas.

“Me desculpem os antropólogos, mas levem para longe de nós todo o atraso da pajelança, do infanticídio e de outras coisas. Não permitir que os missionários evangelizem é um retrocesso”, declarou.

Segóvia afirmou que a cultura indígena está com 100 anos de atraso e que a ação de evangelização feita por missionários ajudaria os índios. “Somos contra esta cultura do fumo, do alcoolismo”, declarou.

O líder do PEN encerrou o discurso contra a cultura indígena afirmando que índios têm que trabalhar. “Índio tem que construir o próprio agude. Tem que trabalhar e receber a luz do evangelho”, declarou.



Motorista de caminhão que tombou com 75 índios se apresenta à polícia

SÍTIO PORTAL BENÍCIO, 17.10.2013

O motorista do caminhão que transportava 75 índios e que tombou em um acidente na noite de segunda-feira (14), se apresentou na Delegacia Regional de Araguaína, nesta quarta-feira (16). Segundo a delegada Verônica Carvalho, Gilvan Alves da Silva, 33 anos, chegou à delegacia acompanhado do advogado e afirmou que fugiu do local com medo da reação dos índios. "Mencionou que ele evadiu no sentido de preservar a sua integridade física", explica.

A delegada disse ainda que após prestar depoimento o motorista foi liberado. Cerca de 20 pessoas já foram ouvidas na investigação, que tenta apontar quais foram as causas do acidente. Três índios morreram e outros 20 ficaram feridos quando o caminhão tombou na BR-010, entre os municípios de Barra do Ouro e Itacajá. As vítimas foram socorridas com a ajuda de carros particulares e ambulâncias de cidades vizinhas.

O cacique da aldeia Bacurí, Antônio Krahô, está entre as vítimas do acidente e se recupera dos ferimentos que sofreu na cabeça e no braço direito. "Estou me consultando, tomando comprimidos. Já consigo levantar o braço", conta mostrando os machucados.

Dez pessoas continuam internadas no Hospital de Referência de Araguaína. Os índios que receberam alta foram levados para a Casa de Apoio a Saúde Indígena de Araguaína (Casai). No local, 22 adultos e 13 crianças, que estavam no caminhão, estão sendo acompanhados por uma equipe médica antes de voltar para as aldeias. "A maior preocupação nossa é que a maioria deles tiveram muito traumatismo craniano", disse o médico Angel Lemes.

Os índios disseram que perderam roupas e documentos no acidente. Por isso, a Casai está pedindo ajuda para quem puder fazer doações à instituição. "A equipe da Casai fez uma campanha com alguns parceiros que já tem na cidade e recolheu algumas roupas. A gente está pedindo essa colaboração à comunidade de Araguaína, com doação de roupas, calçados, fraldas descartáveis", disse a coordenadora da instituição, Ivaneizília Noleto.



MPF/MA exige cumprimento do TAC Educação Indígena por parte do estado do Maranhão

SÍTIO CEDEFES, 17.10.2013

O estado tem um prazo de 180 dias para cumprir as obrigações do Termo de Ajustamento de Conduta

O Ministério Público Federal no Maranhão (MPF/MA) exige o cumprimento de obrigação assumida pelo Estado do Maranhão, por intermédio da Secretaria Estadual de Educação (Seduc), em termo de compromisso de ajustamento de conduta firmado no ano de 2012, referente à estruturação das escolas indígenas no Maranhão.

Após diversas reuniões com participações do Estado do Maranhão, Fundação Nacional do Índio (Funai), universidades e representantes de diversas etnias indígenas, em 2012, foi acordado o adequado fornecimento de material didático pedagógico e de apoio às atividades letivas, bem como a regularização das escolas indígenas quanto à estrutura física das escolas e aos equipamentos necessários ao funcionamento de suas instalações.

O Estado do Maranhão, por meio da Seduc, deveria ter realizado o levantamento das estruturas físicas das unidades escolares existentes nas Terras Indígenas do Estado, até julho de 2012, através do setor de engenharia, indicando as providências necessárias para o ensino. No entanto, expirado o prazo para o cumprimento, o Estado sequer apresentou o levantamento integral das estruturas físicas, limitando-se a apresentar relatório parcial, que não contemplou as Unidades Regionais de Ensino (URE) de Imperatriz e Barra do Corda.

Foi, também, observada divergência entre os relatórios produzidos, visto que a Funai informa a existência de graves problemas estruturais nas unidades escolares, resultado da presença de buracos, banheiros interditados, e o abandono de algumas unidades que agora servem como dormitório de animais, ao passo que a Seduc afirma estar, o mesmo prédio, em bom estado de conservação.

O MPF/MA requer a obrigação da realização da cláusula 2ª, itens 1 a 7 do termo de ajustamento de conduta, que incluem o levantamento completo das estruturas físicas das unidades escolares existentes nas Terras Indígenas do Estado e a regularização do fornecimento do material didático pedagógico e de apoio às atividades letivas, no prazo de 180 dias, com base na Lei nº 10.172/2001, que propõe uma escola indígena diferenciada, de qualidade, exigindo das instituições e órgãos responsáveis a definição de novas dinâmicas. O MPF/MA solicita ainda que sejam produzidos, novamente, relatórios pela Funai.

Fonte: Procuradoria da República no Maranhão



MPF recomenda medidas para solucionar conflitos

SÍTIO DIÁRIO DA MANHÃ, 17.10.2013

Documento foi encaminhado ontem à Funai e ao Governo do Estado

Em recomendação expedida à Funai e ao Governo do Estado nesta quarta-feira (16/10), o Ministério Público Federal (MPF), em Erechim, fixou prazo para que ambos adotem as providências necessárias para a solução dos conflitos envolvendo indígenas e agricultores nos municípios de Cacique Doble e Sananduva.

À Funai, o MPF recomendou a conclusão das diligências demarcatórias já iniciadas na terra indígena Passo Grande do Rio Forquilha, localizada naqueles municípios. Conforme apurado pelo MPF, mesmo sem nenhum ato judicial ou administrativo determinando a suspensão da demarcação, o prazo de 90 (noventa) dias estabelecido pelo Decreto 1775/96 foi injustificadamente descumprido pelo órgão. De acordo com o MPF, a conclusão das diligências demarcatórias é fundamental para que os responsáveis promovam a indenização e o reassentamento dos agricultores afetados.

Ao governo do Estado, a recomendação fixou prazo para que apresente um plano estratégico de trabalho, com metas e prazos bem definidos, que contemple a indenização dos agricultores cujos imóveis estejam incluídos na área demarcada, de modo que em até quatro anos todos os agricultores tenham sido indenizados. Conforme o MPF, o entendimento de que o Estado deve indenizar os agricultores que tiveram frustrada a legítima confiança depositada nas políticas estaduais de colonização agrária já está consolidado, havendo, inclusive, manifestações do Conselho Nacional de Justiça e da própria Procuradoria do Estado nesse sentido.

O procurador da República em Erechim, Ricardo Gralha Massia, afirma que a atitude adotada pela FUNAI e pelo governo do Estado diante da questão indígena tem sido prejudicial à efetiva solução dos conflitos, pois, em vez de assumirem uma postura firme e transparente, protelam deliberadamente a conclusão da demarcação e a indenização dos agricultores. Ainda de acordo com o procurador, a ausência de estratégias concretas para a solução dos impasses tem colocado indígenas e agricultores em lados opostos, gerando intenso clima de guerra. Para Massia, os índios são credores da Funai, no que diz respeito à demarcação, e os agricultores tem frente ao Estado o direito à indenização. Os dois grupos de atingidos não são devedores e credores entre si.



Juiz se declara impedido e adia decisão sobre reintegração de posse em Miranda
SÍTIO REGIÃO NEWS, 17.10.2013

Ontem, o juiz federal substituto Jânio Roberto dos Santos se declarou suspeito para atuar no caso, por motivo de foro íntimo, e solicitou a designação de outro magistrado.

Tramitando desde terça-feira na Justiça Federal de Campo Grande, o pedido de reintegração de posse da chácara Nova Esperança, em Miranda, segue sem decisão.

Ontem, o juiz federal substituto Jânio Roberto dos Santos se declarou suspeito para atuar no caso, por motivo de foro íntimo, e solicitou a designação de outro magistrado.

A área, que pertence a Ernesto Milani, foi ocupada em 9 de outubro por índios terenas. De acordo com o advogado Oscar Luiz Oliveira, em geral, a Justiça pede para ouvir a União, o Ministério Público e a Funai (Fundação Nacional do Índio) antes de decidir sobre a liminar. A chácara fica a 3 quilômetros da cidade de Miranda.

Os terenas denunciam que sofreram três ataques desde o começo da ocupação e a PF (Polícia Federal) deslocou equipe para o local. Os índios exigem que as demarcações de terra, que já tiveram início, sejam concluídas. Caso contrário, novas invasões devem acontecer.

Segundo os índios, a área de 7,2 mil hectares, que eles prometem invadir, abrange pelo menos cinco propriedades rurais e fica em frente às terras já ocupadas.

Polícia monta operação para conter invasão de terreno em Iranduba no AM
SÍTIO JORNAL DA CHAPADA, 17.10.2013



Estes projetos, assim como o que trata da Política Estadual da Pessoa Idosa, voltam ao plenário na semana que vem | FOTO: Reprodução |

Os deputados estaduais baianos aprovaram, na quarta-feira (16), a urgência para a tramitação do Projeto de Lei 20.490/2013 – que visa alterar o regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação criando ressalvas em relação a regra que impede a retenção ou antecipação do ICMS no caso de transferências entre estabelecimentos da mesma empresa. Também foi aprovada urgência para o PL 20.490/2013, que cria a carreira de professor indígena, respeitando sua organização social, crenças e tradições.

As matérias são de autoria do governo do Estado e já podem voltar ao plenário na próxima semana. O projeto 20.435/2013 – igualmente de autoria do governo – que estabelece a Política Estadual da Pessoa Idosa, estava na pauta. Entretanto, após parecer favorável do relator, José de Arimatéia (PRB), o deputado Carlos Gaban (DEM) pediu vista ao projeto, o que impediu a aprovação do PL já nesta quarta-feira (16).

“Este projeto é fundamental para que possamos avançar na política de inclusão social das pessoas idosas. Já o projeto que trata do ICMS, visa fortalecer a economia regional. No caso dos professores indígenas, o que queremos também é desprecarizar suas condições de trabalho ao passo que fortalecemos as questões didáticas. Agora, temos mais uma semana para discutir esses projetos, frutos de diálogos com cada setor, que devem ser votados na semana que vem”, apontou o líder do governo na Casa, deputado Zé Neto (PT).

As pegadas do BNDES na Amazônia

SÍTIO REVISTA SINA, 17.10.2013

Parceria entre Agência Pública e O Eco vai mapear o aumento dos investimentos do BNDES em projetos de infraestrutura na região. Obras financiadas pelo banco são acusadas de disfarçar impactos ao meio ambiente, populações indígenas e trabalhadores.



Por Bruno Fonseca e Jéssica Mota / Agência Pública

Em uma das onze aldeias dos índios Arara do Rio Branco no noroeste do Mato Grosso, Anita Vela Arara, a mais velha da sua comunidade (tem 89 anos), está inconsolável. É que a “tia Nita”, como é conhecida, assistiu à construção de um gigante de concreto sobre o cemitério tradicional da aldeia, onde estavam alguns de seus familiares. Entre eles, sua mãe e sua avó. Segundo Audecir Rodrigues Vela Arara, um dos líderes indígenas e presidente do Instituto Maiwu, sua tia sabe quem é o culpado: a hidrelétrica de Dardanelos, obra de cerca de R\$ 745 milhões, mais da metade desse valor financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Uma das primeiras menina-dos-olhos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, a usina foi construída entre 2007 e 2011 no rio Aripuanã, tirando proveito do potencial hidrelétrico da área do Salto de Dardanelos, um complexo de cachoeiras com mais de 150 metros de quedas d’água que são o cartão-postal do município de Aripuanã. Há diversas espécies que só foram encontradas no local, como o peixe-chinelão, catalogado em 2011. Os estudos de impacto da hidrelétrica identificaram 316 espécies de aves, 133 de peixes, 50 de

CONT.



anfíbios e 67 de répteis que vivem na área afetada diretamente por Dardanelos. Além disso, os Arara do Rio Branco, grupo de cerca de 200 indígenas segundo dados da Funasa, resistem na região, isto depois de quase terem sido dizimados nas décadas de 1950 e 1960 devido a epidemias de gripe e varicela, resultado do desastroso contato com seringueiros, ou por conflitos com grileiros partir da década de 1970.

Audecir Arara ainda se lembra da primeira Audiência Pública de esclarecimento sobre os estudos de impacto ambiental de Dardanelos, em agosto de 2005. "A empresa trouxe a proposta de construção da usina e disse que não teria muito impacto, mas isso era a estratégia para as pessoas concordarem com a obra. O município aceitou porque seria beneficiado e os únicos que foram contra eram as comunidades indígenas, que seriam as mais afetadas". A Terra Indígena Arara do Rio Branco, com 114 mil hectares, foi considerada Área de Influência Indireta (AII) por não estar localizada diretamente na área da hidrelétrica. Na área de Aripuanã, há ainda mais três Terras Indígenas reconhecidas, a TI Aripuanã, a TI Parque Aripuanã e a TI Zoró. De acordo com a Coordenação Geral de Identificação e Delimitação da Funai, há outras áreas reivindicadas no município.

Pouco depois, o Ministério Público Estadual de Mato Grosso (MPE-MT) ajuizou ação civil pública contra a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e todas as empresas envolvidas: a Eletronorte, a Odebrecht e a Leme Engenharia (pertencente ao grupo Francês de energia GDF Suez), além da consultoria Projetos e Consultorias de Engenharia (PCE). A ação pediu o anulamento do estudo de impacto ambiental (EIA/Rima) devido a "seríssimos vícios de legalidade". O MPE alegava ausência de aprovação junto ao Conselho Estadual de Meio Ambiente, falta de estudos de impactos fora dos limites do município, além de não serem indicadas alternativas de locação para implantação da usina. Também apontou que os estudos sequer consideraram a instalação das linhas de transmissão de energia, omitindo tanto os impactos decorrentes quanto os custos. "É certo que ninguém constrói uma hidrelétrica para não ter linhas de transmissão para fazer escoar a energia. Dessa maneira, não tem o menor cabimento o entendimento dos empreendedores, no sentido de que a construção das linhas de transmissão representaria um empreendimento paralelo ao ora licitado", diz o texto da ação.

Para Dorival Gonçalves Júnior, professor de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Mato Grosso consultado na época pelo MPE, a omissão do impacto das linhas de transmissão de Dardanelos no EIA/Rima coloca em questão a viabilidade do empreendimento. "Quando se analisava a hidrelétrica no mapa, você percebia que ela somente poderia ser ligada ao Sistema Interligado Nacional através dos Municípios de Sinop ou de Jauru. Isso obrigava a construção de uma linha de mais de 500 km. Além disso, durante a seca, o rio passa um longo período, de mais de 90 dias, com vazão muito baixa. Ou seja, durante mais de três meses do ano a hidrelétrica praticamente não estará produzindo energia, que é justamente quando ela poderia contribuir com o sistema nacional, visto que a eletricidade produzida em Dardanelos é direcionada para o Sudeste. É uma obra extremamente cara e, quando você soma o custo da construção da linha de transmissão ao que ela produz, não é viável técnica, econômica ou ambientalmente, pelo impacto ao potencial turístico do município", critica. Pelo seu potencial turístico, a área do Salto de Dardanelos faz parte do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo do Governo Federal (Proecotur).

CONT.



O professor de Biologia da UFMT, Francisco de Arruda Machado, também participou do grupo de especialistas que embasou a ação do MPE. Ele e outros pesquisadores passaram cerca de 30 meses realizando viagens constantes à região para identificar problemas na central hidrelétrica de Faxinal, próxima ao local onde foi construída Dardanelos. "Trechos encachoeirados de rios na Amazônia têm características próprias e Dardanelos é um exemplo máximo disso, com uma biota ímpar, tanto de espécies vegetais como animais. Diga-se de passagem que a região toda trata-se de um "hot spot" da biodiversidade brasileira e da Amazônia", descreve. Segundo o pesquisador, a baixa produtividade da usina foi um dos argumentados contrários à construção da hidrelétrica, pois não compensaria o risco ambiental. "No próprio projeto da construção de Dardanelos está mencionado que ela poderá funcionar no máximo sete meses por ano, pois por durante cinco meses de seca anuais não haveria como tocar a usina. Então, por que construir essa UHE se ela somente iria produzir energia nos meses de pico da produção do país?", questiona.

O Ministério Público também criticou a construção de um parque aquático na área da hidrelétrica, o Balneário Oásis, com piscinas, quadras de vôlei e basquete e campo de futebol, que foi apresentado à população apesar de não ser objeto dos estudos de impacto ambientais da usina. Segundo a ação civil, a apresentação do balneário teve a finalidade de manipular a opinião da população para aprovação de Dardanelos.

Ainda em setembro de 2005, o MPE-MT ajuizou liminar para suspender a licitação da usina, decisão que foi cassada pela Justiça de Mato Grosso, a pedido do Governo do Estado – na época comandado por Blairo Maggi (PR-MT), premiado com o "motosserra de ouro" pelo Greenpeace. Em seguida, em dezembro de 2005, Dardanelos foi excluída do Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) devido a um parecer contrário do MPE. Entretanto, a vitória dos MPs foi curta. Em janeiro de 2006, a então ministra da Casa Civil e atual presidente, Dilma Rousseff, incluiu Dardanelos em um novo pacote de licitações de hidrelétricas que foi aberto em maio.

Em outubro do mesmo ano, o consórcio Energética Águas da Pedra S.A, formado pela Neoenergia, Eletronorte, Odebrecht e Chesf venceu o leilão para venda de energia da hidrelétrica. Em maio de 2007, era emitida a licença ambiental para Dardanelos e, em setembro, começavam as obras de construção da usina.

DARDANELOS: Índios ficam sem cemitério ancestral e as relíquias vão parar em museu

Descrita como "um exemplo de como construir sem destruir" segundo a revista institucional da Eletronorte, em menos de dois anos, Dardanelos transformou a vida no território dos Arara do Rio Branco. "Vixe, mudou muita coisa, viu?", diz Audecir Arara. Segundo o líder indígena, o estouro das dinamites em áreas muito próximas às aldeias afastou diversos animais que serviam de caça, como o mutum, ave típica do sul do Amazonas. "As cachoeiras daqui também estão bem mais secas. Teve também a questão social porque o fluxo de gente para trabalhar na construção da usina foi muito grande", diz. Além disso, Audecir aponta a destruição do cemitério tradicional da aldeia, onde estavam os antepassados da "tia Nita", anciã do grupo. "Ela está muito triste, em parte é por causa dela que estamos brigando. Queremos as urnas de

CONT.



volta para montar um museu aqui na aldeia”. Segundo a publicação da Eletronorte, foram doadas ao Instituto do Homem Brasileiro, na capital Cuiabá – a mil quilômetros dali – cerca de 100 mil peças arqueológicas recuperadas na área de influência de Dardanelos, dentre cerâmicas, panelas e urnas mortuárias que podem datar de sete a 15 mil anos.

Segundo o antropólogo Francisco Stuchi, que desenvolveu pesquisas etnoarqueológicas na região, investigações anteriores a Dardanelos já apontavam a área como antigos territórios indígenas, especificamente o local de contato dos povos Arara do Rio Branco e Cintas-Largas com a sociedade não indígena e ponto de convergência de outros povos da região. “Entre 2007 e 2009, pesquisas arqueológicas na área do empreendimento identificaram e escavaram sítios grandes e densos podendo ser interpretados como locais de habitação e os ditos cemitérios constituídos de urnas funerárias. As datações obtidas nas escavações revelam uma longínqua presença indígena no local, remetendo a mais antiga de 7.700 antes do presente (AP), além de datas que apontam 4 mil, 2 mil, 1,5 mil até 150 anos atrás”, explica. Ainda de acordo com o pesquisador, os grupos indígenas reivindicaram o direito sobre esses sítios, o que gerou uma exigência por parte da Funai e do Iphan da realização de pesquisas etnoarqueológicas para demonstrar a relação destes povos com os sítios de Dardanelos. “Esta pesquisa, ainda em andamento, já conta com mais de uma centena de antigas aldeias localizados na região, além de relatos orais e outras informações que estão sendo analisadas, mas preliminarmente corroboram com as pesquisas antropológicas e as reivindicações indígenas que ainda veem Dardanelos com um local de importância sagrada”, acrescenta Stuchi.

Como explica Gilberto Vieira dos Santos, conselheiro regional do Conselho Indigenista Missionário, a comunidade indígena, que também inclui os índios Cintas-Largas, tenta agora uma negociação de compensações pela perda arqueológica, embora nenhuma compensação vá “dar conta do que foi perdido”. “A gente fala em sítios arqueológicos, cemitérios, mas para eles são uma parte da história que foi apagada”, acrescenta. O conselheiro aponta que os índios, junto a organizações de defesa do meio ambiente e ativistas, pretendem se articular para formar um comitê regional de defesa do território indígena, sobretudo frente aos interesses de hidrelétricas e mineradoras. Apenas no rio Aripuanã, há outras três pequenas centrais hidrelétricas, Juína e Faxinal I e II). A empresa Votorantim já possui um projeto em andamento para extração mineral em Aripuanã previsto para começar em 2016, com produção anual de 60 mil toneladas de zinco, 20 toneladas de chumbo e 4 mil toneladas de cobre, além de ouro e prata como subprodutos. “É um modelo de desenvolvimento que não pensa as comunidades tradicionais, que não são ouvidas e apenas são procuradas para apresentação do projeto em linguagem técnica, da qual eles só entendem que serão prejudicados. Ou então para apresentar supostas compensações”, critica Gilberto.

Além do impacto aos grupos indígenas, a hidrelétrica pode ter trazido perdas ambientais sérias. O estudante de doutorado do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Mato Grosso, Ricardo Alexandre Kawashita Ribeiro, realizou um monitoramento de anfíbios e répteis a partir de 2004 na região do Salto de Dardanelos e acompanhou o início da instalação do canteiro de obras da usina. De acordo com o pesquisador, a área onde foi construído o canal de Dardanelos concentrava um grande número de espécies, atualmente uma das regiões com maior diversidade de anfíbios e répteis da Amazônia Legal brasileira.

CONT.



“Provavelmente, a construção do canal impactou negativamente as populações que naquele local residiam e pode ter até provocado extinções locais de algumas espécies. O Aripuanã é uma região de altíssimo potencial biológico por concentrar uma riquíssima biodiversidade, e deveria ser mais valorizada pelos órgãos ambientais”, explica.

Em janeiro de 2008, ainda durante a construção da usina, ocorreu uma das últimas tentativas de questionamento aos estudos de impactos ambientais da obra. Na época, a Justiça acatou o pedido de 2005 do Ministério Público Estadual e barrou a construção da Dardanelos. A liminar foi suspensa em julho do mesmo ano pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região – o mesmo tribunal responsável por autorizar o leilão da hidrelétrica em 2006. A usina também foi ocupada por índios dos povos Arara do Rio Branco e Cintas-Largas pelo menos três vezes entre 2010 e 2011, que fizeram funcionários reféns para exigir compensações pelos impactos ambientais. Segundo a assessoria do MPE, atualmente há um inquérito civil instaurado para acompanhar se o consórcio de Dardanelos está cumprindo as medidas mitigadoras. Além disso, a Odebrecht foi condenada, em 2013, a multa de R\$ 2 milhões pelo Ministério Público do Trabalho por prática de terceirização ilícita e descumprimento de inúmeras normas de saúde e segurança, após ser considerada culpada pela morte de um trabalhador nas obras da hidrelétrica em 2009. Apesar de todas as contestações judiciais, a ANEEL liberou o início da operação comercial de Dardanelos em agosto de 2011.

Por trás das obras, o banco do desenvolvimento

Dardanelos foi uma das primeiras hidrelétricas do Programa de Aceleração do Crescimento durante o Governo Lula. Com um custo de cerca de R\$ 745 milhões, a maior usina do Mato Grosso teve financiamento de mais de R\$ 485 milhões através do BNDES – o que supera 65% do valor da obra.

O contrato foi aprovado em outubro de 2008, quando a hidrelétrica já estava em construção, e colocou Dardanelos dentre os 20 maiores financiamentos do BNDES desde 2008 na área de infraestrutura no Brasil, segundo apuração realizada pela Agência Pública em parceria com O Eco.

A lista é encabeçada pela hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, com um acordo de mais de R\$ 25 bilhões apenas para o consórcio Norte Energia. Não por acaso, cerca de metade dos 20 maiores financiamentos do banco em infraestrutura nos últimos cinco anos é relativa a hidrelétricas ou linhas de transmissão de energia: trata-se das usinas de Belo Monte, Jirau (RO), Santo Antônio (RO), Teles Pires (MA e PA), Estreito (TO), Santo Antônio do Jari (AP e PA), Dardanelos e Ferreira Gomes (AP); além das linhas de transmissão Porto Velho-Araraquara da Norte Energia, do sistema do rio Madeira, e das linhas da Companhia Energética do Maranhão.

CONT.



Desembolsos do BNDES em infraestrutura na Amazônia (2008-2012)

Ainda dentro dos 20 maiores financiamentos do BNDES nos últimos cinco anos, investimentos milionários no setor de energia também foram destinados às termelétricas de Eike Batista no Maranhão, as UTEs Parnaíba e de Porto de Itaqui (da MPX, que recentemente mudou seu nome para Eneva). Juntas, elas receberam mais de R\$ 2,3 bilhões do BNDES. O banco inclusive chegou a se pronunciar afirmando que postergou prazos, realizou mudanças nos cálculos de conta de reserva e adiou datas para o cumprimento de exigências técnicas em relação aos contratos com Eike.

O setor de energia tem sido, de longe, o mais beneficiado dentre os desembolsos da pasta de infraestrutura do BNDES – que tem aumentado de peso exponencialmente nos últimos cinco anos. Em 2008, primeiro ano do projeto Janela da Transparência, que disponibiliza na internet algumas informações sobre as operações de crédito do banco, dos R\$ 35,1 bilhões desembolsados pelo BNDES, R\$ 8,6 bi foram destinados ao setor de energia. Essa quantia saltou para R\$ 14,2 bi em 2009, quando foram liberados R\$ 48,7 bi para todos os projetos de infraestrutura. O número atingiu seu recorde histórico no ano passado, quando dos R\$ 52,9 bi desembolsados pelo banco para infraestrutura, R\$ 18,9 bi foram exclusivos para energia elétrica, cerca de 12% do total de liberações do BNDES em todo o ano, de R\$ 156 bi. Dos quase R\$ 19 bi liberados para energia elétrica em 2012, R\$ 13,3 bi foram destinados às usinas e linhas de transmissão da região Norte do país.

Investimento em energia e infraestrutura foram questionados na justiça

A vitalidade dos desembolsos do BNDES para geração de energia acompanha a lucratividade do setor. A Energética Águas da Pedra, consórcio responsável pela usina de Dardanelos, teve lucro de US\$ 36 milhões em 2012. A Cemar, que fechou contratos de mais de R\$ 780 milhões com o BNDES nos últimos cinco anos, teve lucro de US\$ 186 milhões em 2012. Entretanto, junto aos números financeiros expressivos, o setor de energia acumula também inúmeras contestações judiciais, desde impactos ao meio ambiente e a povos indígenas a sérias questões trabalhistas.

Na lista dos 20 maiores empreendimentos financiados pelo BNDES nos últimos cinco anos na região da Amazônia Legal, todas as hidrelétricas foram alvo de ações judiciais. A maior parte, partindo de acusações dos Ministérios Públicos Estaduais e Federal. Entre eles, a emblemática obra de Belo Monte: entre acusações de violação de direitos indígenas, exploração de trabalho escravo, licenciamento inadequado e ausência de dados nos estudos de impactos ambientais, a hidrelétrica enfrenta ao menos 15 processos na Justiça ajuizados pelo Ministério Público Federal. O mesmo ocorre com as usinas de Jirau e Santo Antônio, com contestações nos estudos de impactos ambientais e sociais; e as denúncias de impactos não esclarecidos a populações indígenas da hidrelétrica de Teles Pires, que inclusive já teve sua construção temporariamente embargada na Justiça.

Os problemas também são muitos no caso das termelétricas, como a UTE Porto de Itaqui, alvo de ação civil pública do MPF, que apontava irregularidades como o descumprimento de etapas previstas em normas administrativas e deficiências no licenciamento e nos estudos

CONT.



apresentados pelo Ibama. As linhas de transmissão também são objeto de questionamento do Ministério Público, como, por exemplo, a Porto Velho-Araraquara, que foi acusada de não divulgar corretamente os estudos e relatórios de impacto ambiental para as comunidades atingidas pela obra.

Muitas das obras financiadas pelo BNDES não ligadas ao setor de energia também são questionadas. Na lista de 20 maiores empreendimentos, é raro encontrar um que não tenha passado por processos dos MPs ou da Justiça. A Construção de uma unidade industrial da Suzano em Imperatriz, no Maranhão – um financiamento de mais de R\$ 3,2 bilhões – é alvo de uma ação civil pública do Ministério Público do Trabalho, que cobra indenizações de R\$ 50 milhões e mais segurança após a morte de dois trabalhadores em um acidente em setembro de 2012 na área de montagem de uma das caldeiras da fábrica.

Já a ampliação da estrada de ferro da Vale em Carajás, que soma mais de R\$ 4 bilhões em contratos com o BNDES, teve as obras paralisadas após liminar da Justiça Federal do Maranhão, diante da dispensa de estudos de impacto ambiental no processo de licenciamento do Ibama, em um território com áreas de conservação ambiental, terras indígenas e comunidades quilombolas. O Ibama autorizou a obra sem a realização prévia de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima) completo obrigatório; apenas um estudo simplificado foi realizado.

A responsabilidade do BNDES

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social é uma empresa pública federal que opera com o objetivo de fomentar a economia brasileira através de linhas de crédito, financiamento, apoio com recursos não reembolsáveis e investimentos. O banco atua por meio de diversos tipos de operações, direta e indiretamente, e concede apoio financeiro a empreendimentos de pequena e grande escala, em diversos setores como o agropecuário, o setor de exportação e também o de infraestrutura.

As principais fontes de recursos do BNDES são públicas. Segundo o Relatório Anual de 2012, divulgado pelo banco, 27% dos recursos vêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e 52 % do Tesouro Nacional, que desde 2010 tem sido o principal credor do BNDES. O banco também capta dinheiro de investidores privados estrangeiros (mas somente 3%), através dos escritórios internacionais que possui – um com sede em Londres e outro em Montevidéu.

A maior parte dos 20 maiores investimentos econômicos de infraestrutura na Amazônia, divulgados pelo banco a partir do ano de 2008, são de operações diretas. É o caso da Usina Hidrelétrica de Dardanelos, que recebeu a aprovação do projeto pelo banco em outubro de 2008, no valor de R\$ 485 milhões. Usualmente, de acordo com a assessoria de imprensa do banco, os desembolsos para os projetos “são graduais e ocorrem de acordo com o ritmo das obras. Cada nova liberação é sujeita à comprovação da correta destinação dos recursos já desembolsados”.

CONT.



Para essa aprovação, entre as avaliações internas do banco, o BNDES realiza o que se chama de Análise Socioambiental. Descrita em sua página oficial, a Análise Socioambiental observa fatores como as legislações aplicáveis e a política de responsabilidade social e ambiental do beneficiário. Segundo a assessoria de imprensa do BNDES, essa análise é feita pelo Comitê de Enquadramento e Crédito, formado pelos 23 superintendentes do banco – que com base nas classificações de potencial de risco, discutem as recomendações socioambientais ao projeto – e pela diretoria do BNDES, composta pelo presidente, pelo vice e por sete diretores do banco. Durante o acompanhamento da execução do projeto, a avaliação socioambiental é realizada pelas equipes das áreas operacionais (área de energia, no caso de hidrelétricas, por exemplo) em que projeto está alocado. Com base nessa análise, o BNDES pode recusar projetos ou pedir que eles sejam reformulados.

Ainda assim, das 20 maiores aprovações de financiamento a empreendimentos no setor de infraestrutura na região amazônica entre 2008 e 2012, ao menos 16 sofreram algum tipo de ação legal pelos Ministérios Públicos federais, estaduais e trabalhistas e entidades da sociedade civil, relacionadas a questões socioambientais – nove das quais são hidrelétricas ou linhas de transmissão de energia. Entre os empreendimentos com maior valor de financiamento entre 2008 e 2012, a lista é encabeçada pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, as Usinas de Jirau e Santo Antônio, no Complexo do Rio Madeira e a Estrada de Ferro de Carajás, em processo de duplicação.

Nesses casos, segundo Caio Borges, pesquisador da Conectas, organização não governamental internacional que atua na defesa dos direitos humanos, “o importante é olhar como a política do banco foi se constituindo em outras formas e outros mecanismos internos de avaliação de impactos socioambientais”.

Pela falta de transparência do BNDES, não é possível avaliar qual é a eficácia desses mecanismos. O BNDES, por exemplo, não disponibiliza ao público os relatórios de avaliação finais dos projetos, que devem incluir a avaliação do cumprimento de condicionantes socioambientais e de proteção aos direitos humanos e ao ser questionado sobre os procedimentos internos adotados para verificar a veracidade de informações fornecidas pelas empresas, o banco via sua assessoria de imprensa respondeu que “o BNDES checka a validade formal dos documentos e utiliza diversas fontes de informação”.

“Por mais que o BNDES tenha uma série de instrumentos para poder avaliar e mitigar impactos socioambientais, não é possível afirmar como esses instrumentos são efetivados na prática, como ele trata as informações que ele recebe das empresas e faz com que aquilo se converta efetivamente em condicionantes e que essas condicionantes sejam observadas”, avalia o pesquisador.

No Pará, o Ministério Público Federal entrou com ação direta contra o BNDES a respeito da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A ação pede que sejam realizados novos estudos de impactos aos índios Xikrin do rio Bacajá, na região afetada pelo empreendimento. Os estudos realizados pela Norte Energia S/A – composta por empresas estatais e privadas do setor elétrico, entre elas o Grupo Eletrobrás, fundos de pensão e de investimento e empresas autoprodutoras, como

CONT.



a Vale – só ficaram prontos um ano depois do início das obras da hidrelétrica e não detalham impactos em relação à comunidade indígena. A última aprovação de financiamento à obra de Belo Monte pelo BNDES foi em dezembro do ano passado, no valor de R\$ 9,81 bilhões.

Ainda que possua um nível de responsabilização distinto em relação à empresa Norte Energia S/A, para o MPF o banco de fomento econômico pode ser obrigado a pagar uma indenização aos índios pelo atraso em medir e compensar os impactos causados a eles. “Quando você tem um ente financiador que ao financiar uma atividade acaba propiciando que essa atividade seja impactante, é dele também a responsabilidade por dano ambiental”, defende o procurador federal do MPF/PA, Ubiratan Cazetta, um dos responsáveis pela ação judicial.

“A nossa tese em relação ao BNDES não é nem inovadora, já é algo bastante conhecido e bastante discutido no Direito. É uma responsabilidade da atividade típica do BNDES. Toda vez que ele financiar empreendimentos que tenham essa dimensão, ele assume o risco”, completa Ubiratan Cazetta. “Nós temos cobrado que o BNDES estabeleça uma política, tanto na aprovação quanto no acompanhamento do empreendimento, que não seja meramente formal. Se você simplesmente diz ‘vou te financiar desde que você tenha uma licença ambiental válida’ e pouco importa se essa licença é completa ou não, se as condicionantes estão sendo bem executadas ou não, nós entendemos que isso é uma posição formalista”.

“Não é possível dizer que sempre haverá uma responsabilidade do BNDES por uma violação [de direitos humanos]”, analisa Caio Borges. “Mas o que está crescendo é o entendimento de que nos casos de financiamento direto fica a questão de provar se o BNDES falhou em tomar as medidas apropriadas para evitar que as empresas cometam esses abusos. Sem dúvida, olhando no geral, é possível dizer que em relação ao que o banco poderia fazer, ao que outros bancos internacionais fazem e ao que a legislação brasileira exige que o BNDES fizesse, ele não cumpre”.

Comissão de Direitos Humanos do Senado debaterá a aplicabilidade da Convenção 169 da OIT

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.10.2013



Foto: Patrícia Ferreira

Inesc

Audiência pública ocorrerá amanhã, 17/10, a partir das 8h. Convenção 169 prevê a consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas e quilombolas.

Diante do número cada vez mais expressivo de empreendimentos energéticos sendo instalados no país, muitos deles geradores de conflitos e impactos socioambientais em terras indígenas e quilombolas, bem como demais territórios habitados por comunidades tradicionais, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, a partir da articulação do Fórum Ecumênico ACT – Brasil realizará, amanhã, 17/10, a partir das 8h, uma audiência pública sobre a aplicabilidade da Convenção 169 da OIT.

Além dos empreendimentos, ameaçam os direitos dos povos e comunidades tradicionais o Decreto 7957/ 2013, a Portaria 303 de 17 de julho de 2012, o PL de um Novo Código da Mineração, a PEC 215 e o PLP227, e outras iniciativas, seja do executivo ou do legislativo, que atentam contra a Constituição Federal e contra a Convenção 169 da OIT.

A Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, prevê em seu artigo 6º a consulta livre, prévia e informada dos povos interessados, “através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente” e as consultas deverão ser “efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 190/ 2013

Brasília, 18 de outubro de 2013.

circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.” Entretanto, a Convenção não é aplicada em sua integralidade. No Brasil, alguns casos tornaram-se emblemáticos do descumprimento desta Convenção, tais como: Quilombos de Alcântara x Base espacial de Alcântara, Quilombo Rios dos Macacos x Base da Marinha, Quilombos de Marambaia x Marinha. No caso dos povos indígenas, muitas vezes o que se observa é que as consultas são meros instrumentos formais que não levam em conta, de fato, as narrativas e posições dos indígenas em relação aos empreendimentos. É o caso, por exemplo, da usina hidrelétrica de Belo Monte, em que todos os acordos feitos em esferas coletivas com os indígenas têm sido descumpridos, enquanto os impactos sociais e ambientais já se fazem sentir.

A audiência pública terá como objetivo a exposição de pontos de vista e demandas quanto à efetivação concreta do Artigo 6º, bem como a busca de soluções futuras junto ao legislativo e executivo que visem o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais frente aos grandes empreendimentos, e principalmente, a participação da sociedade nos processos decisórios em todos os níveis de governo, como a própria 169 estabelece: a participação dos interessados na formulação, implementação e avaliação dos programas de desenvolvimento regional e nacional.

Comporão a mesa da audiência representações dos movimentos indígenas, quilombolas, camponeses e ecumênico, entre os quais: a APIB (Sonia Guajajara), Via Campesina (Alexandre Conceição), Conaq (Arilson Ventura), Feact (Dom Maurício Andrade), Cimi (Cleber Buzato), além do Ministério Público (Débora Duprat), e do Ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho.

FEACT – Brasil, PAD, INESC, APIB, CIMI, CONAQ, VIA CAMPESINA

Audiência Pública: 17/10, às 8h, no Plenário II/ Ala Senador Nilo Coelho – Anexo II do Senado Federal.

Barroso envia voto a Barbosa e STF deve decidir logo sobre a demarcação de terras indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.10.2013

Márcio Santilli, ISA



O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso enviou à presidência da corte, no sábado (12/10), seu voto sobre os embargos de declaração apresentados à decisão do caso da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol (RR), proferida pelo tribunal em 2009. Com isso, já é possível fixar um prazo para a apreciação desses recursos.

A data ainda não foi marcada oficialmente, mas há informações de que o novo julgamento pode acontecer nas próximas semanas. O envio do

voto diretamente ao presidente Joaquim Barbosa, e não à pauta do plenário do STF, sugere que Barroso pede urgência para o caso.

A figura do embargo tornou-se conhecida e polêmica recentemente, no caso do “Mensalão”, ao possibilitar uma rediscussão da pena de alguns dos acusados. Trata-se de um recurso que pretende esclarecer dúvidas, omissões ou contradições sobre uma sentença.

A nova decisão poderá ter impacto considerável na discussão que ocorre em todo o país a respeito da demarcação de TIs, com eventuais implicações importantes sobre territórios e povos indígenas. Em 2009, o STF julgou constitucional a demarcação em área contínua da TI Raposa Serra do Sol, mas estabeleceu 19 “condicionantes”, de conteúdo abrangente, que suscitaram dúvidas. Elas são objeto dos embargos que serão julgados agora, com base no voto de Barroso, que substituiu o ex-ministro Ayres Brito na condição de relator do caso.

Entre as condicionantes, há algumas que repetem o disposto na Constituição e valem para todas as TIs, mas há outras que não constam do texto constitucional e o STF definirá se valem ou não para outras áreas. Por exemplo, uma delas veda a ampliação de TIs. Neste caso, não há prejuízo para a Raposa Serra do Sol, pois a própria decisão do STF referendou a demarcação em sua extensão integral. Mas há muitos exemplos de comunidades populosas vivendo em territórios exíguos, que seriam gravemente penalizadas se o STF considerar essa restrição válida para todas as TIs. Outras condicionantes poderiam restringir o usufruto exclusivo dos índios sobre suas terras e recursos naturais.

CONT.



Barroso já se pronunciou de forma zelosa e positiva sobre os direitos indígenas. É difícil prever, no entanto, qual será sua posição sobre cada um dos pontos discutidos em seu voto. "Eu acho que as condicionantes, no geral, explicitavam deveres ou consequências que já estavam na Constituição. Onde elas explicitavam ou veiculavam ideias que não decorriam diretamente da Constituição, aí acho que vale apenas para o caso concreto da Raposa Serra do Sol, mas aí, sim, acho que o Supremo não tem competência normativa para disciplinar ad futurum, quando vão ser feitas as demarcações", afirmou, durante a sabatina que aprovou sua indicação ao STF, em junho (veja aqui).

Incompetência e covardia

As repercussões do novo julgamento podem agravar-se em função do atual contexto de continuada incompetência técnica e covardia política do governo federal e do Congresso no trato da questão.

A gestão de Dilma Rousseff tem o pior desempenho, desde a redemocratização do país, com relação aos processos de demarcação de terras indígenas, titulação de quilombos, criação de unidades de conservação e de assentamentos da reforma agrária.

O advogado-geral da União, Luís Adams, editou, em 2012, a Portaria 303 para estabelecer normas para as demarcações com base numa interpretação restritiva das 19 condicionantes, conforme pressões ruralistas, antecipando-se à análise dos embargos. Sob protestos dos índios, suspendeu a portaria, sem revogá-la, condicionando sua reentrada em vigor à decisão do STF.

Vários processos demarcatórios, já concluídos tecnicamente, estão parados nas gavetas do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da presidente (saiba mais). Cardozo alega judicialização de vários desses casos, mas não toma providências quanto aos não judicializados e à possibilidade de indenizar eventuais ocupantes não índios detentores de títulos legítimos sobrepostos a TIs, o que poderia reduzir conflitos e permitir a retomada das demarcações no centro-sul do país. Como se não bastasse, pretende alterar os processos demarcatórios para pior, interpondo interesses de outros órgãos da administração e segmentos da sociedade na decisão sobre eles.

Não é menos desfavorável aos direitos indígenas a atuação do Congresso, onde, na falta de definição programática dos principais partidos, a bancada ruralista passou a impor a sua agenda. Desde a campanha à presidência da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) comprometeu-se com projetos e interesses ruralistas. Nos últimos meses, diante das manifestações indígenas, vem protelando a tramitação de alguns projetos anti-indígenas para evitar desgaste político, mas mantém a porta aberta às investidas da frente parlamentar da agropecuária.

Durante a Mobilização Nacional Indígena, no início do mês, quando 1,5 mil índios paralisaram a Esplanada dos Ministérios, havia somente um pequeno grupo de parlamentares para recebê-los e ouvir sua indignação frente à tentativa de restringir seus direitos constitucionais. Nem

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 190/ 2013

Brasília, 18 de outubro de 2013.

Alves, nem os ruralistas responderam à solicitação de audiência feita pelos índios. Aliás, abandonaram o Congresso.

É nesse contexto de silêncio culposos no governo e de crise reacionária no Legislativo, agravado pela ausência de qualquer interlocução ou consulta aos povos indígenas, que o STF poderá suprir lacunas e reafirmar a integridade dos seus direitos. Por absurdo que seja, tornou-se o último reduto do bom senso para o trato da questão, podendo exercer, por exclusão, a função de tutela desses direitos pela União, determinada pela Constituição.



Índio karajá é condenado por sequestro de servidores da Funasa
SÍTIO ARAGUAÍNA NOTÍCIAS, 17.10.2013

Em consequência de ação penal proposta pelo Ministério Público Federal no Tocantins, a Justiça Federal condenou Roberval Txebuare Karajá a um ano e dois meses de reclusão e pagamento de 12 dias multa, à base de um trigésimo do salário mínimo vigente à época do fato cada dia, pelo sequestro de três servidores da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). A pena restritiva de liberdade foi convertida em restritiva de direitos, a serem fixadas pelo juízo da execução penal.

Roberval Karajá foi denunciado criminalmente pelo Ministério Público Federal no Tocantins após impedir um engenheiro, um auxiliar de saneamento e um motorista destacados para acompanhar o serviço de saneamento que seria realizado na aldeia Xambioá, onde chegaram de barco após deixarem o carro na aldeia Kurehê. Ao final do dia, retornaram à aldeia Kurehê, onde foram abordados por Ruberval que pediu a chave do carro e anunciou que os três estavam retidos na aldeia.

Os três servidores da Funasa permaneceram na aldeia entre os dias 10 e 14 de abril de 2007, enquanto os indígenas exigiam a presença do coordenador local da Funasa na aldeia para ouvir suas reivindicações. Os três sequestrados foram instalados em uma casa próxima à aldeia e não sofreram agressões ou maus tratos, apesar das pressões psicológicas com ameaças de incendiar os carros da Funasa com gasolina. Embora não tivessem sido fisicamente agredidos, todas as vítimas afirmaram em juízo que foram proibidos de sair da aldeia, e que as chaves do veículo foram subtraídas mediante uso de força por Ruberval.

O fato teve grande repercussão na época até sua solução. Relutante em se deslocar à aldeia nas condições apresentadas, o então coordenador da Funasa acionou a Polícia Federal, que negociou as condições para libertação dos sequestrados. Também denunciado por ameaça, a decisão judicial considera que não há provas suficientes à condenação de Roberval por este crime, motivo pelo qual ele foi absolvido desta acusação.

Situação do povo indígena Cinta Larga será discutida em audiência no Senado Federal
SÍTIO RONDÔNIA VIP, 17.10.2013

Garimpo ilegal de diamantes e ausência do poder público na terra indígena serão temas discutidos nesta sexta-feira, 18, às 14h, no Senado.



Parlamentares federais, membros do Ministério Público Federal (MPF), e lideranças indígenas do povo Cinta Larga vão discutir nesta sexta-feira, 18, às 14h, a situação daquela comunidade tradicional e apontar possíveis soluções para os problemas ocasionados, principalmente, pelo garimpo ilegal de diamantes no território indígena. A audiência pública será no Senado, por iniciativa do senador Acir Gurgacz (PDT/RO).

Por estarem em uma das maiores jazidas de diamantes do mundo, os indígenas relatam que sofrem discriminação e preconceito, pois, mesmo sem usufruir regularmente da riqueza de seu território, são tratados como se fossem ricos. Para coibir a extração ilegal das riquezas naturais nas terras do povo Cinta Larga (diamantes e madeira), foram criadas a Força Tarefa Roosevelt e a Operação Arco de Fogo, entretanto, faltam recursos humanos e financeiros necessários.

Os indígenas reclamam da falta de apoio do governo federal para projetos de sustentabilidade, como o crédito de carbono; pouco acesso à educação de níveis médio e superior, capacitações técnicas para geração de renda. Na saúde, muitas das doenças são relativas ao contato com os não-índios, como sarampo, tuberculose, gripe, pneumonia, diabetes etc.

Em abril de 2013, o MPF, reconhecendo a gravidade e dimensão da problemática Cinta Larga, constituiu, com a sociedade, parceria para pensar e executar estratégias para amenizar a

CONT.



situação dos índios. Essa parceria foi chamada de Grupo Clamor (Cinta Larga – Amigos em Movimento pelo Resgate). Mais de trinta pessoas já estão inscritas e colaborando, regularmente, com o MPF nesse esforço.

“A audiência pública no Senado, que será realizada amanhã à tarde, já é um dos resultados dos trabalhos do Grupo Clamor, esforço para tirar da invisibilidade esta situação”, afirma o procurador da República Reginaldo Trindade, que participará da audiência, acompanhado de Guilherme Göpfert, também procurador da República. A audiência terá transmissão ao vivo pela TV e Rádio Senado e também receberá questões e comentários pela internet - www.senado.gov.br/alosenado, e pelo telefone 0800 61 2211.

OAB

Os dois procuradores tiveram reunião hoje, 17, com o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinícius Furtado Coelho, e relataram a situação do povo indígena Cinta Larga. Ele informou que a OAB criou uma comissão específica para defesa dos direitos indígenas e que a entidade tem interesse em apoiar as comunidades tradicionais. O presidente da OAB recebeu um dossiê dos procuradores da República, que condensa a atuação do MPF nos últimos nove anos na defesa do povo Cinta Larga; comprometendo-se a repassar o conteúdo à comissão que cuida da temática para, oportunamente, estreitar a parceria entre as duas instituições.

Quem são os Cinta Larga

Falante da língua Tupi Mondé, o povo Cinta Larga é composto por aproximadamente dois mil indígenas que habitam quatro terras indígenas vizinhas – Roosevelt, Serra Morena, Parque Aripuanã e Aripuanã – todas homologadas, somando um total de 2,7 milhões de hectares. Essas terras indígenas estão localizadas no noroeste do estado de Mato Grosso e de Rondônia.

O povo Cinta Larga é assim denominado pelo fato de seus indígenas usarem uma faixa da entrecasca de uma árvore (tauari) na altura da cintura. Os primeiros contatos com os não-índios ocorreram nos anos 1950 e foram marcados por violência, com o avanço da frente extrativista que penetrou seu território em busca de riquezas e seringais. O Massacre do Paralelo 11, ocorrido na década de 1960, exterminou mais de 3500 indígenas Cinta Larga - envenenados por arsênico; contaminados com vírus da gripe, sarampo e varíola; ou assassinados por armas de fogo.

Fonte: MPF/RO



MPF/TO participa de feira de sementes do povo krahô
SÍTIO AMAZÔNIA, 17.10.2013

Ministério Público Federal comparece ao local que reúne aldeias e visitantes não índios para a troca de sementes, adiada devido ao acidente com os índios que se deslocavam para o evento

O Ministério Público Federal em Tocantins, representado pelo procurador da República Álvaro Manzano, participou da 9ª Feira de Sementes do Povo Krahô, que é realizada até 18 de outubro, na Kapey (local onde se reúnem os representantes das diversas aldeias da terra indígena krahô, nos municípios de Itacajá e Goiatins). Esta edição foi abalada por um trágico acidente no qual três índios morreram e mais de 50 ficaram feridos, ainda no primeiro dia do evento. Os índios iam de Goiatins em um caminhão cedido pela prefeitura do município para participar da feira quando o motorista perdeu o controle e capotou na estrada.

A morte dos índios causou grande comoção entre organizadores e participantes da feira de sementes, que chegaram a cogitar o encerramento das atividades. Após deliberação dos índios, que decidiram adiar os rituais fúnebres e dar continuidade ao evento, a feira foi oficialmente aberta nesta quarta-feira, 16 de outubro. "Se os próprios índios estão superando sua perda e querem dar continuidade, temos também que fazer a nossa parte", disse o indigenista da Funai Fernando Schiavinni, durante a reunião de terça-feira que deliberou pela continuidade da programação, respeitando o adiamento das atividades.

Álvaro Manzano considera importante o trabalho realizado pelos índios, já que a segurança alimentar é uma das maiores preocupações tanto dos índios como dos órgãos indigenistas e de defesa das populações indígenas e tradicionais. Ele lamentou a morte dos índios e disse que os procedimentos investigatórios devem ser acompanhados pelo MPF.

Segurança genética

A feira de sementes dos krahô acontece a cada dois anos desde 2003, com exceção desta edição que acontece três anos após a anterior. O principal objetivo é a troca de sementes e a consequente circulação de material genético, bem como um momento para articulação política dos índios entre si e com parceiros que apoiam as atividades desenvolvidas pela promoção das aldeias. Acontece pelo interesse da população krahô em diversificar suas sementes e aumentar a segurança genética, garantindo sementes que possam germinar após a colheita e manter a independência em relação a sementes tratadas industrialmente.

Fonte: MPF – Ministério Público Federal

MPF/TO participa de feira de sementes do povo krahô
SÍTIO AMAZÔNIA, 17.10.2013



Ana Rita: "Consulta, infelizmente, ainda é um fazer de conta"

Representantes das comunidades tradicionais e entidades engajadas na defesa de seus direitos cobram a plena aplicação no país da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata dos direitos dos povos indígenas e tribais. Em audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nesta quinta-feira (17), os participantes destacaram principalmente o artigo que estabelece o direito da consulta prévia às comunidades sempre que houver previsão de medidas legislativas ou administrativas que possam afetar suas vidas.

O debate refletiu a preocupação com os grandes empreendimentos energéticos apontados como geradores de conflitos e impactos socioambientais em terras indígenas e quilombolas, entre eles a Usina de Belo Monte. Houve ainda críticas a autorizações públicas para pesquisas e exploração mineral, assim como a decretos e portarias do governo e também a projetos de leis que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado que seriam igualmente contrários aos princípios da Convenção 169.

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES) – que propôs a audiência a pedido das próprias entidades –, manifestou compromisso da comissão em zelar pelo respeito aos direitos dos povos das comunidades tradicionais. Segundo ela, isso envolve a garantia da realização das consultas nos termos da convenção da OIT, que foi aprovada em 1989 e ratificada pelo Brasil em 2004, passando a integrar a legislação do país.

CONT.



- A necessidade de consulta, infelizmente, ainda é um fazer de conta. É preciso efetivamente respeitar territórios, costumes, a cultura e a vida dos que vivem em comunidades tradicionais – disse Ana Rita.

Sujeitos de direitos

De acordo com Deborah Duprat, subprocuradora-Geral da República do Ministério Público Federal (MPF), a convenção surgiu como produto de longa luta pela afirmação dos direitos das minorias tradicionais, assegurando a esses povos a condição de “sujeitos de direitos”. Ela condenou a ideia de que “tudo se pode fazer” nos territórios e domínios dessas comunidades, sem que elas possam se manifestar e reagir.

- Não tem como pensar numa sociedade plural, que tenha vários sujeitos de direitos, com essas populações mantidas na invisibilidade e sem voz na esfera pública – criticou.

Mesmo sendo signatário da Convenção, segundo Deborah, o Brasil nunca implementou as consultas e só começou a tratar do assunto depois de uma representação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) à OIT, que acabou definindo prazo para que o país regulamente e aplique o instrumento. Porém, ela observou que o mecanismo de consulta não pode ser apenas uma formalidade, mas gerar resultados.

- Esse é um processo absolutamente vinculante, no sentido de que sejam incorporadas todas as objeções ao projeto e, se vai impactar, tem que apresentar razão melhor ao óbice que foi levantado – defendeu a procuradora.

Thiago Almeida Garcia, da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República, falou do andamento da regulamentação do mecanismo, trabalho iniciado em janeiro do ano passado, por meio de comitê interministerial que vem realizando audiências pelo país para colher sugestões e debater. Segundo ele, deve ser criado um protocolo que defina os “sujeitos de direitos” atendidos (além de índios, já houve o reconhecimento dos quilombolas), os princípios que irão orientar as consultas e as regras que digam como elas devem ser organizadas.

De acordo com Érika Yamada, que representou a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Convenção 169 inovou ao prever medidas para salvaguardar os usos e costumes, crenças, valores e território das populações tradicionais. Depois de reconhecer que o “coração” do texto está no mecanismo de consulta, ela salientou que deve ser garantida uma participação “livre e informada”, para a construção de posições que de fato levem em conta as demandas.

O bispo primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Dom Maurício Andrade, representante do Fórum Ecumênico do Brasil (FEB), destacou a proximidade das igrejas com os movimentos sociais e defendeu novos paradigmas de desenvolvimento, em que os direitos humanos e sociais ganhem destaque. Segundo ele, o país precisa regulamentar a Convenção 169, dando um “passo concreto” no sentido de acolher a experiência dos povos tradicionais em seu ambiente e território.

CONT.



Papel do Legislativo

Cleber Buzatto, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), observou que o Poder Legislativo também está sujeito às regras da Convenção. Porém, conforme assinalou, por enquanto apenas o Poder Executivo discute o enquadramento de suas ações ao texto. Ele destacou diversos projetos de lei que representariam ameaças às comunidades tradicionais, como o projeto de um novo Código de Mineração, o PL 5.807/2013, que tramita na Câmara dos Deputados.

Buzatto destacou ainda o PLP 227/2012, também na Câmara, que aponta exceções ao direito exclusivo dos indígenas às suas terras tradicionais, além de duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC): a 215/2013, que transfere o poder de demarcação de terras indígenas e quilombolas para o Congresso, além da PEC 38/199, esta com origem no Senado, que estabelece como competência privativa da Casa a demarcação das terras indígenas.

- Por meio desses instrumentos se faz um ataque sistemático e violento aos direitos consignados aos indígenas, inclusive na Constituição Federal – disse Buzzato.

Na esfera do Executivo, foi mencionada a Portaria 303, da Advocacia Geral da União (AGU), que estendeu a todas as terras indígenas condicionantes estabelecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento que resultou no reconhecimento da demarcação da Reserva Raposa-Serra do Sol. Pelas condicionantes, por exemplo, empreendimentos como usinas hidrelétricas podem ser feitos sem consulta prévia aos índios. A procuradora Deborah Duprat lembrou que houve embargo contras as condicionantes e que o julgamento deve ocorrer na semana que vem. Por isso, sugeriu mobilização junto aos ministros do STF para tratar do tema.

Renato Tupiniquim, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), apontou retrocessos no governo Dilma. Ele questionou a informação de que a aplicação da Portaria 303 está suspensa, afirmando que o Ministério da Justiça continua fazendo uso do instrumento. Também apontou crescente proximidade do governo com o agronegócio, avaliando que por isso novas demarcações não acontecem.

Um apelo pela união dos povos tradicionais na defesa de seus direitos foi feito por Arilson Ventura, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Ele criticou principalmente os projetos em tramitação no Congresso, a seu ver instrumentos de “violação” dos direitos humanos dos quilombolas e indígenas. Alexandre Conceição, da Via Campesina, falou da expulsão de camponeses de suas terras e do desrespeito aos pescadores artesanais. Depois, criticou a demora que houve na ratificação da Convenção 169 e, agora, na regulamentação da cláusula da consulta.

– O tempo para o capital, o governo e a Justiça é supersônico, mas quando é algo para os povos tradicionais e os sem-terra parece que ele não passa – comparou.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 190/ 2013

Brasília, 18 de outubro de 2013.

Lucimara Cavalcante, assessora da Associação Internacional Maylê Sara Kalí (AMSK/Brasil), que representa os povos ciganos, também participou da audiência. Ela destacou que finalmente os ciganos compreenderam que precisam lutar por seus direitos, enfrentando longa história de perseguição e preconceito. Lucimara acrescentou que os ciganos querem o reconhecimento da condição de povo tradicional e a proteção da Convenção 169.

Deliberações

Ao final da reunião, a senadora Ana Rita se comprometeu em enviar para as demais comissões documento preparado pelo conjunto das entidades e que lhe foi entregue. Segundo ela, o objetivo é que esse material sirva de subsídio ao debate de proposições legislativas que preocupam os povos tradicionais. Ele também solicitou que as entidades preparem e enviem à comissão nota técnica a respeito da Convenção 169, que também pretende encaminhar às demais comissões.

Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Com o apoio da Procuradoria da República, Ka'apor denunciam de desrespeito total às suas saúdes até roubo e corrupção

SÍTIO CEDEFES, 17.10.2013

Com o apoio da Procuradoria da República, Ka'apor denunciam de desrespeito total às suas saúdes até roubo e corrupção, no MA



No dia 7 de outubro, a Hutukara Associação Yanomami (HAY) enviou ofício para o Secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves, com cópia para a Coordenadora do Distrito Sanitário Especial de Saúde Yanomami e Ye'kuana (Joana Claudete) e o Coordenador Regional da Missão Evangélica Caiuá (Ismael Cardeal), exigindo, entre outras providências urgentes, a demissão da Coordenadora. O documento com as acusações da Hutukara pode ser lido em Denúncia de supostas ligações entre políticos locais e gestores do Distrito Sanitário Yanomami para garantir contrato com empresa terceirizada responsável pela contratação dos funcionários.

Quatro dias depois, na sexta-feira última, 11, o Instituto Socioambiental postou matéria de Lidia Montanha de Castro, por nós reproduzida na mesma data, na qual consta o seguinte trecho: "O representante da Missão Evangélica Caiuá, Daniel Fogaça, relatou que a organização tem 17 convênios com o Ministério da Saúde, que atendem aproximadamente 555 mil indígenas em todo o Brasil. Para isso contam com um quadro de mais de oito mil funcionários, dos quais 53% são indígenas. Fogaça informou ainda que além da saúde, a Caiuá atua na área de educação e evangelização".

O fato de uma mesma organização atender a cerca de 50% dos indígenas do País, através de 17 convênios, já é algo de se estranhar, seja ela ou não Evangélica. Agora, saber que ela informa que também "atua na área de educação e evangelização" me parece totalmente inadmissível, para não dizer criminoso, uma vez que constitucionalmente vivemos num estado laico. Estamos usando dinheiropúblico, dos nossos impostos, para financiar a 'evangelização' dos povos originários? É isso? Se essas questões já mereceriam um discurso inteiro, notícias enviadas do Maranhão, relativas aos povos Awá e Ka'apor, tornam a situação ainda mais complicada.

CONT.



Nos documentos abaixo publicados, os Ka'apor da Terra Indígena Alto Turiaçu fazem denúncias ainda mais graves com relação aos desmandos de técnicos da Missão Evangélica Caiuá na Casai de Zé Doca, que envolveriam não só maus tratos aos doentes como corrupção e roubo.

Entre outros exemplos, a alimentação para os indígenas internados seria limitada ao almoço, como refeição única; pacientes eram deixados na área externa do Posto, expostos ao sol e à chuva, assim como a mosquitos e outros animais; o uso do banheiro e do chuveiro era restrito aos funcionários, tendo os indígenas que utilizar o mato como sanitário e a caixa d'água como chuveiro; as instalações são infectas; e, como se não bastasse, o tratamento recebido dos funcionários é desrespeitoso.

Mas as denúncias tornam-se ainda mais complicadas: os dois motoristas contratados para o Posto trabalhavam na verdade dirigindo veículos para madeireiros. E, como se não bastasse, os cartões para recebimento das aposentadorias de diversos indígenas haviam sido 'confiscados' por uma enfermeira do posto, que recebia os pagamentos e dividia o dinheiro com outros funcionários, eventualmente entregando aos indígenas cestas básicas. Um dos casos citados envolve uma conta não movimentada, na qual havia um valor acumulado de R\$ 18 mil reais. E os Ka'apor anexaram os recibos bancários.

O total descalabro e desrespeito ao Direito à Saúde dos indígenas, que vem sendo denunciado pelos Ka'apor desde 2009/2010, está sendo combatido pelo Ministério Público Federal. Em 5 de setembro de 2012, o Procurador Alexandre Silva Soares deu entrada numa Ação Civil Pública contra a União: Inquérito Civil Público PR/MA nº 1.19.000.000672/2011-59 – Pedido de Antecipação de Tutela – Deficiente prestação de serviços de saúde à população indígena das etnias Awá e Ka'apor. A Ação é um documento extremamente respeitoso em relação aos indígenas, e não só comprova todas as queixas por eles feitas como levanta diversas outras questões, incluindo a ação de madeireiros e outros invasores nos seus e em outros territórios.

A constatação de "prédios sem estrutura física, equipamentos básicos e higienização necessárias, quantidade de medicamentos e insumos insuficientes, fornecimento insuficiente de refeições ofertadas aos indígenas em atendimento médico, tudo resultando em atenção básica deficitária", numa situação que se repete "nos Postos de Saúde localizados nas diversas aldeias", levou o MPF a determinar a interdição das unidades, até que os problemas fossem sanados, estabelecendo prazos para cada um dos itens, desde obras diversas até o fornecimento de três refeições diárias e, evidentemente, de remédios aos pacientes.

Um ano mais tarde, o Procurador Alexandre Silva Soares iria verificar que a União se mostrara surda, cega e muda em relação às exigências. Embora uma firma tenha sido contratada (e paga) para realizar as obras, o que Ministério Público Federal concluiu, após receber um Relatório Técnico de Inspeção e uma Representação dos Ka'apor, datada de 14 de setembro de 2013 e reproduzida abaixo, foi que o acordo não havia sido absolutamente cumprido pelo Departamento Especial de Saúde Indígena (DSEI) e pelas firmas terceirizadas por ele

CONT.



contratadas. O que levou o MPF a oficiar ao Juiz da 5ª Vara Civil do Estado do Maranhão, em 26 de setembro de 2013, solicitando "a intimação da União para dar cumprimento integral às medidas que foram acordadas" (documento também reproduzido ao final).

O Procurador solicita ainda "a expedição de comunicação direta ao Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Dr. Antônio Alves – Secretaria Especial de Saúde Indígena no Ministério da Saúde – Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Brasília/DF), dando-lhe ciência da não implementação das medidas acordadas e concitando-o a efetivar as providências necessárias à satisfação das medidas assumidas em audiência".

Na mensagem através da qual nos encaminhou esses três documentos, um antropólogo que há nove anos realiza trabalhos de campo na região, cujo nome prefiro omitir, afirma:

"Felizmente os Ka'apor cansaram de ser humilhados, maltratados, enganados, roubados, aliciados moralmente por servidores e gestores dessa missão. Fizeram uma representação no MPF São Luis contra a empresa. O Processo está sendo monitorado pelo Procurador Alexandre Soares. Os Ka'apor pediram a demissão, a saída da empresa da Gestão do Polo Base de Saúde Indígena de Zé Doca e destituição de toda equipe multidisciplinar; os técnicos de enfermagem estão entrando com uma representação no Ministério Público do Trabalho por viverem situações análogas a escravidão. Enfim, os Ka'apor, mesmo tomando essa decisão que não vem sendo respeitada, continuam recebendo assédio moral por parte de gestores de São Luis. As enfermeiras que cometeram uma série de crimes contra indígenas foram simplesmente transferidas do Polo Base de Zé Doca para a CASAI em São Luis, sem responderem pelos crimes. Continuam impunes, com a conivência da Empresa Caiowá".

Considerando a situação dos Yanomami, denunciada no início deste texto, a dos Ka'apor e outras que bem sabemos se repetem Brasil afora, parece-nos mais que urgente o estabelecimento de uma ampla investigação, que não só incorpore todas as denúncias feitas pelos indígenas, como verifique de que forma são feitas licitações que permitem que 555 mil dos 900 mil indígenas existentes no País, segundo os últimos dados do IBGE tenham sua saúde (?) entregue a uma mesma instituição, que aparentemente está mais preocupada em 'catequizá-los', se é que assim devemos chamar tudo isso.

Abaixo, a Representação dos Ka'apor, seguida do ofício do Procurador Alexandre Silva Soares ao Juiz da 5ª Vara Civil do Estado do Maranhão. A ACP por ele encaminhada em 5 de setembro de 2012 (documento que vale ser lido inclusive pelas importantes denúncias que faz) pode ser acessada clicando na referência feita a ela, acima.

CONT.



Associação Ka'aportahury do Rio Gurupi – KA'APORTARUPI
Terra Indígena Alto Turiaçu
Rua Juscelino Kubitschek, s/n – Centro –
Centro Novo do Maranhão
CNPJ Nº 05.775.454/0001-58
kaaporgurupi@hotmail.com

Representação

Ilmo. Sr. Alexandre Soares
Procurador Regional da República no Maranhão
C/c ao Presidente da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI)
C/c a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

Nós, povo Ka'apor da TI Alto Turiaçu, localizada nos municípios de Centro Novo do Maranhão, Maranhãozinho, Centro do Guilherme, Nova Olinda do Maranhão, Araguaã e Zé Doca, do Estado do Maranhão, vem respeitosamente à presença de V. Sa., expor e requerer o seguinte:

Dos fatos:

1 – Desde 2010 a gente vem expondo, relatando nossa situação de abandono da saúde indígena no Polo e Casai de Zé Doca e nunca tomaram providências para melhorar a nossa saúde. A gente apresenta em anexo o documento que entregamos em 13 de dezembro de 2011 ao Ministério Público Federal no Maranhão que chamou a FUNASA para responder o documento. Eles marcaram uma reunião no MPF Maranhão em São Luís, a gente reuniu um grupo de representantes de nosso povo que com dificuldades se deslocou até São Luís para escutar a resposta que após prometerem e se comprometerem perante o MPF do Maranhão não cumpriram nada;

2 – No último dia 31 de julho de 2013 entregamos novamente um documento ao MPF do Maranhão expondo a situação de nossa saúde apresentando sugestões para a gente resolver a situação da gestão e do atendimento de saúde no Polo e Casai de Zé Doca;

3 – em algumas aldeias não temos postos de saúde;

4 – não temos uma agenda de atendimento de saúde nas aldeias realizada com a participação de representantes e comunidade indígena;

5 – não temos postos com lixeira, vassouras, sabão, desinfetantes, mesas, cadeiras, macas, radiofonias, e nem materiais para procedimentos de enfermagem em situação de urgência;

6 – não existe motor gerador para o abastecimento de água com manutenção permanente para as aldeias;

7 – falta de poços para abastecimentos de água em algumas aldeias;

8 – não existe manutenção periódica dos poços existentes;

9 – nunca houve capacitação permanente para os AIS e AISAN;

10 – nunca realizaram uma programação organizada e planejada com os indígenas de viagens para a cidade e para as aldeias para transportar pacientes;

11 – falta de visita periódica de profissionais da saúde nas aldeias (gerente Polo Base, médico, assistente social, nutricionista, odontólogo, enfermeira);

12 – aldeias sem AIS e sem AISAN;

13 – falta de um Polo Base e CASAI equipados, estruturados com profissionais permanentes para a gestão administrativa e atendimento de urgência e emergência (médico, enfermeira e técnico de enfermagem);

14 – nunca houve um profissional qualificado para a gerência do Polo Base que conheça e respeite a realidade e a cultura indígena;

15 – falta de alimentação completa (café, almoço, lanche e janta) para os pacientes na CASAI/POLO DE Zé Doca;

16 – nunca combinaram, orientaram a gente sobre o cardápio da alimentação a ser servida no Polo/Casai;

17 – nunca conversaram com a gente sobre as empresas que fornecem alimentos na Casai. Durante o ano de 2009 e 2010 a refeição era feita na casa da mãe da técnica de enfermagem que assumia a gestão do Polo na época, Auricélia, que permanece até hoje no Polo e não atende de forma respeitosa os pacientes;

18 – até o mês de agosto de 2013, na Casai de Zé Doca antiga a gente foi proibido de usar os sanitários e banheiros. Somente os funcionários do Polo usavam. A gente tinha que usar, fazer necessidades no mato que ficava nos fundos do terreno da Casai. E a gente tomava banho embaixo da Caixa D'água. A gente que fechou o espaço para tomar banho;

19 – os pacientes sempre ficaram e permanecem alojados no espaço externo do Polo Base de Zé Doca, expostos a picadas de insetos, chuva, sol, e outros. Do mesmo jeito continua no Polo Base "novo";

20 – a gente, as vezes, é proibido pelo "gestor provisório", pessoas que trabalham no setor administrativo, técnicos de enfermagem e enfermeiras, de entrar nas salas do administrativo e outros;

21 – a maioria dos funcionários não tem paciência, xingam, e até gritam com indígenas que chegam das aldeias por não entenderem a língua portuguesa;

22 – nunca participamos das decisões, nunca fomos comunicados das mudanças e gestão da saúde;



23 - contrataram recentemente dois motoristas para o Polo de Zé Doca que possuem envolvimento e trabalharam dirigindo carro de madeireiros que retiram madeira ilegalmente de nossa área;

24 - durante muito tempo nossas aldeias não recebem a vacinação conforme as campanhas. A gente confirmou com Agentes Indígenas de Saúde que as enfermeiras Camila e Marcela não realizam o atendimento de vacinação nas aldeias conforme a programação do governo, mas mesmo assim lançam no registro da SESAI. Funcionários do Polo Base informaram que as enfermeiras desviam vacinas para a secretaria municipal de saúde de Zé Doca;

25 - muitos indígenas aposentados relatam na língua Ka'apor que entregaram seu cartão de aposentadoria com a senha para a enfermeira Camila, que com a participação de motoristas do Polo, realizam saques e transferências bancárias para sua conta e de terceiros, como é o caso da Sra. Arengá Ka'apor, deficiente físico, da Aldeia Piquizeiro, que entregou o cartão com a senha para enfermeira Camila que nunca devolveu o mesmo para o indígena. Também relatam que desde que a enfermeira Camila iniciou o trabalho no Polo Base de Doca vem pegando o cartão dos aposentados de várias aldeias para receber, entregando para alguns uma cesta básica. Como aconteceu com a viúva, a Sra. Sa'i Tawa Ka'apor, esposa do Ex-funcionário da FUNAI, Pimenta Ka'apor, procurou uma liderança indígena em sua casa na Aldeia Ximborenda perguntando sobre o pagamento de sua aposentadoria. A liderança indígena perguntou se estava recebendo. Na ocasião, respondeu que uma liderança da aldeia Waxiguienda havia recebido o cartão com defeito das mãos da enfermeira Camila. Essa liderança entregou o cartão para a Sra. Sa'i que procurou a liderança da aldeia Ximborenda. No dia seguinte que a Sra. Sa'i o procurou, a enfermeira Camila chegou na Aldeia Waxiguienda procurando o cartão de aposentadoria, como ela se encontrava na Aldeia Ximborenda a enfermeira solicitou que o Chiquim Ka'apor fosse pegar o cartão de sua mãe na aldeia Ximborenda e ligasse para a enfermeira informando sobre o cartão. A liderança que o acompanhava resolveu ir até à Agência do Bradesco de Santa Luzia do Pará, que foi informado pelo gerente que havia um valor de 18.000,00 na conta disponível, mas que seria sacado apenas com a presença do beneficiário. O mesmo resolveu buscar a beneficiária e levá-la até à Agência do Bradesco de Zé Doca. Porém, a liderança da aldeia Ximborenda que estava acompanhando a Sra. Sa'i, relatou que foi até primeiramente no Polo Base de Zé Doca porque a Sra. Sa'i queria ir até a enfermeira Camila. Como a mesma não se encontrava, o guarda por nome "Teté" solicitou que aguardassem a enfermeira chegar. Mas, resolveram ir até a Agência do Bradesco em Zé Doca. A gerente que os atendeu informou e confirmou o valor de 18.000,00 na conta, que há três meses não movimentavam a conta, que o cartão estava bloqueado, que havia uma descrição no extrato de transferência bancária realizado para as contas da enfermeira Camila, motorista Wilami e outros funcionários. Por volta das 15:00 quando retornaram da Agência Bradesco de Zé Doca foram abordados pelo segurança que perguntou o que estavam resolvendo no banco e o que foi feito. Segue em anexo cópia de extratos bancários com informações sobre

Do pedido:

Face o exposto, requer a V.Sa.:

1 - intervenção imediata no Polo Base de Saúde Indígena de Zé Doca;

2 - afastamento imediato das Enfermeiras Camila e Marcela;

3 - afastamento imediato do Odontólogo.....

4 - afastamento imediato de todos motoristas;

5 - afastamento imediato de todos os que trabalham no setor administrativo;

6 - cancelamento imediato do Convênio SESAI/Empresa Caiová no Atendimento de Saúde Indígena do Polo Base de Zé Doca;

7 - Constituir uma Equipe/Comissão colegiada imediata com a coordenação realizada por Ka'apor, acompanhamento de um advogado e antropólogo indicado pela comunidade indígena, participação de representação da SESAI Brasília, DSEI São Luis, COAPIMA e MPF São Luis/Maranhão, visando a imediata transição para a contratação de uma nova empresa e gestores do Polo Base de Saúde Indígena de Zé Doca;

8 - Constituir uma Comissão de Transição/mudança do Polo Base de Saúde Indígena em Zé Doca com a representação dos povos indígenas, organização indígena e indigenistas que atuam na região, DSEI São Luis, COAPIMA para um processo de seleção que defina a composição de servidores de apoio (zelador, cozinheira, vigilante), de administrativos, de profissionais da saúde e de gestor do Polo e CASAI.

9 - Encaminhamento imediato das situações, demandas entregue no DSEI São Luis Maranhão por lideranças Ka'apor no dia 31/07/2013, com cópia ao MPF São Luis apresentadas e entregue oficialmente em Audiência Pública no dia 31/07/2013. Segue uma cópia do documento.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

Aldeia Xiepihurenda e Zé Doca, 14 de setembro de 2013.

Inxacdy Ka'apor
Oquira Ka'apor
KAWASUPUTY KA'APOR
Wai KAPPOR
A'ANINNO KA'APOR
Kura i KA'APOR
I'inauiri Ka'apor
Tatquran Ka'apor
P'atquran Ka'apor
IRIKIWA Ka'apor
Roselene Alves Tunko
Quintino Ka'apor

3

4

Seguem duas outras páginas, com mais 66 assinaturas de lideranças Ka'apor.

CONT.



Abaixo, o ofício do Procurador Alexandre Silva Soares, 26 de setembro de 2013:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Maranhão
2º Ofício Cível

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 5ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO,

Autos do Processo nº 35260-14.2012.4.01.3700

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL vem se manifestar nos autos em epígrafe acerca do cumprimento das medidas acordadas com a União, juntando elementos de prova do seu inadimplemento, em que pese as várias oportunidades concedidas ao Poder Público, inclusive após a dilação de prazo oportunizada, nos seguintes termos.

Das obrigações e notícias atuais sobre o implemento do acordo

Este órgão do MPF recebeu dois importantes documentos sobre a situação do Polo Base de Zé Doca, cujas condições de funcionamento na implementação da atenção à saúde indígena são objeto da lide, quais sejam:

1) **Relatório Técnico de Inspeção no Polo Base de Zé Doca** – elaborado pela Vigilância Sanitária do Estado do Maranhão;

2) **Representação** dos indígenas Ka'apor, usuários do serviço de saúde, acerca dos mesmos fatos aqui discutidos, considerando os termos do acordo firmado em audiência.

Com relação às obrigações acertadas em audiência, observa-se a seguinte situação a partir dos documentos ora juntados:

1) item 'a' = a União se compromete a promover, no prazo de 180 dias, a adequação das irregularidades na **estrutura física e mobiliário** do Polo Base de Zé Doca.

O relatório da vigilância sanitária anexo, ao listar inúmeras irregularidades, conclui que "o serviço não dispõe de condições técnicas para o seu funcionamento, tornando-se necessário a execução das ações destinadas a adequar os ambientes (...)."Dentre outros pontos, o relatório indica que "a direção cumpriu precariamente



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Maranhão
2º Ofício Cível

com as exigências sanitárias do relatório anterior, realizando apenas recuperação da pintura interna, recuperação e manutenção dos banheiros."

Observa-se, pois, que a situação sanitária que deu ensejo à propositura da demanda judicial persiste, porquanto precárias as condições de funcionamento da unidade do Polo Base de Zé Doca, observando-se a não concretização das medidas corretivas anunciadas.

Com relação aos demais itens do acordo, reitera-se a manifestação anterior (fl. 593).

Em adição calha informar que as precárias condições do polo base de Zé Doca se traduzem em **extrema insatisfação da população indígena usuária dos serviços**, notadamente os integrantes da etnia Ka'apor. Para além das condições físicas de funcionamento das unidades, os indígenas queixam-se do desrespeito que enxergam no atendimento prestado pelo Poder Público, sentindo-se discriminados sobretudo pela deficitária qualidade do serviço.

Os indígenas continuam a afirmar a inexistência de três refeições diárias (a despeito do alegado contrato firmado pelo DSEI para essa finalidade), da falta de materiais para o funcionamento das atividades. Enfim, falta o mínimo de resolutividade pelo Poder Público dos termos firmados em juízo.

Em conclusão

Desse modo, solicita-se a intimação da União **para dar cumprimento integral às medidas que foram acordadas**.

Além disso, postula-se a expedição de comunicação direta ao Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Dr. Antônio Alves – Secretaria Especial de Saúde Indígena no Ministério da Saúde – Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Brasília/DF), dando-lhe ciência da não implementação das medidas acordadas e concitando-o a efetivar as providências necessárias à satisfação das medidas assumidas em audiência.

São Luís, 26 de setembro de 2013.

ALEXANDRE SILVA SOARES
Procurador da República

Fonte: Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental